

LEI Nº 4.286, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibitinga, a celebrar Termo de Convênio com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – UNESP, objetivando realização de estágio curricular supervisionado obrigatório, não remunerado, e dá outras providências.

O SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Resolução nº 4.608/2016, da Câmara Municipal, promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – UNESP, objetivando a realização de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, não remunerado, aos estudantes da referida instituição, nos termos da "minuta" que acompanha e fica fazendo parte integrante desta Lei, com fulcro na Lei Municipal nº 2.680, de 25 de novembro de 2003.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

FLORISVALDO ANTÔNIO FIORENTINO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração da P.
M., em 15 de junho de 2016.

PEDRO WAGNER RAMOS
Secretário de Administração

CLÁUSULA PRIMEIRA

Este Convênio tem por objetivo viabilizar, para os alunos regularmente matriculados na UNESP, a realização de Estágio Obrigatório, tem em vista os termos da LEI Federal nº 11.788/08, de 25/09/2008, e legislação complementar e regulamentar.

O estágio deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e analisados em conformidade com o currículo, programa e calendário escolar da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, a fim de constituir um instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, sendo portanto um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho da Unidade Concedente, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos.

CLÁUSULA SEGUNDA

Para a realização do estágio, em decorrência do presente Convênio, será celebrado um **Termo de Compromisso de Estágio** entre o(a) estudante e a **UNIDADE CONCEDENTE**, com a interveniência obrigatória da UNESP.

CLÁUSULA TERCEIRA

Compete à INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

- I. estabelecer normas, como procedimento didático pedagógico, para cumprimento do estágio;
- II. supervisionar o estágio de alunos;
- III. estabelecer critérios para o credenciamento dos professores orientadores;
- IV. analisar e discutir o plano de trabalho desenvolvido pelo estagiário no local de estágio, visando a relação teoria/prática;
- V. fornecer à **UNIDADE CONCEDENTE**, instruções, orientações, épocas e formalidades exigidas pelas normas de regulamentação dos estágios;
- VI. encaminhar o estagiário, mediante carta de apresentação, sem qual o mesmo não poderá iniciar o estágio;
- VII. Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6(seis) meses, de relatório de atividades;
- VIII. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso;
- IX. assinar Termos de Compromisso de Estágio como Interveniente;
- X. divulgar junto a seus estudantes, quando for o caso, as oportunidades de estágio;
- XI. confirmar a situação de regularidade acadêmica de seus discentes quando solicitado pela **UNIDADE CONCEDENTE**.

CLÁUSULA QUARTA:

Compete à **UNIDADE CONCEDENTE**:

- I. subscrever termo de Compromisso de Estágio, - TCE, entre a Unidade Concedente e o discente, com interveniência e assinatura da UNESP;

II. ofertar instalações que tenham condição de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III. garantir, mediante a participação dos supervisores, a orientação quanto ao desenvolvimento do projeto, programa e atividade;

IV. proporcionar ao estagiário experiências válidas para o curso, como do material para sua execução, ressalvada a autonomia científica desse trabalho;

V. aceitar o credenciamento dos professores orientadores e garantir realização da supervisão;

VI. garantir ao estagiário o cumprimento das exigências escolares, inclusive no que se refere ao horário de supervisão realizada pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO;

VII. prestar ou comunicar oficialmente todo tipo de informação sobre o desenvolvimento do estágio e da atividade do estagiário, que venham a ser solicitada pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO ou que a entidade entenda necessária;

VIII. contratar seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, quando este ônus não for suportado por Agente de Integração;

IX. indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário;

X. acompanhar a realização dos estágios, subsidiando a UNESP com informações pertinentes através do envio, com periodicidade não superior a seis meses, de Relatório de Atividades de cada estagiário, com vista obrigatória de cada um deles;

XI. informar a Instituição de Ensino em casos de prorrogações e rescisões dos Termos de Compromisso de Estágio ou, em casos de efetivações;

XII. divulgar as vagas abertas para conhecimento dos estudantes e de interessados nas oportunidades de estágios;

XIII. entregar, ao final do estágio, Termo de Realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

CLÁUSULA QUINTA

A realização do estágio profissional, por parte do estudante, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e a Unidade Concedente, conforme previsto no artigo 3º da Lei Federal nº 11.788/2008.

I. Fica a critério exclusivo da **UNIDADE CONCEDENTE** o estabelecimento de uma bolsa ou outra forma de contraprestação ao estagiário, bem como o auxílio-transporte, no caso **do estágio obrigatório** para que o estagiário possa fazer face às despesas normais com a realização do estágio.

II. É compulsório a **UNIDADE CONCEDENTE** o estabelecimento de uma bolsa ou outra forma de contraprestação ao estagiário, no caso do **estágio não obrigatório** para que o estagiário possa fazer face às despesas normais com a realização do estágio, bem como o auxílio-transporte.

III. A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

CLÁUSULA SEXTA

Compete a **UNIDADE CONCEDENTE** a responsabilidade pela contratação do seguro para cobertura de acidentes pessoais de que trata o artigo 9º da Lei 11.788/08, inciso IV.

I. A Instituição de Ensino não terá qualquer responsabilidade pelo ressarcimento de danos causados por ato doloso ou culposos do estagiário a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade, durante o cumprimento do estágio;

II. O disposto no item anterior desta cláusula também se aplica a danos morais e materiais porventura causados a terceiros em decorrência de ato doloso ou culposos do estagiário.

CLÁUSULA SÉTIMA

O tempo de duração do estágio ficará a critério da **UNIDADE CONCEDENTE**, podendo, tanto o estudante estagiário como a **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** desistir do mesmo, a qualquer tempo, desde que haja comunicação por escrito, feita com um mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência.

Parágrafo único – A realização do estágio fica condicionada ao período máximo de 02 (dois) anos, conforme preceituado no artigo 11º da Lei nº 11.788/2008.

CLÁUSULA OITAVA

O presente convênio vigorará por 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo, a critério das partes. A denúncia se fará mediante comunicação por escrito à outra conveniente, passando a produzir efeitos imediatos a partir da recepção, no que diz às atividades futuras, mas tendo os efeitos suspensos até que sejam concluídos os estágios em curso.

As adições ou variações em qualquer cláusula deste Convênio que porventura sejam necessárias serão formalizadas através de Termos Aditivos ao presente Convênio, as quais passarão a fazer parte integrante do mesmo.

Aplica-se a este convênio, as normas estabelecidas na Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008, e legislação complementar e regulamentar.

CLÁUSULA NONA

Fica eleito o Foro da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, em renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias que possam originar-se deste convênio.

E, por estarem justos e contratados, os partícipes assinam este Convênio em duas vias de igual teor e forma, e para de acordo com as condições ora estipuladas firmam o presente convênio, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

Ibitinga _____ de _____ de _____